

PROBLEMATIZAR O FUTURO NÃO É PERDER A MEMÓRIA DO QUE HÁ DE VIR¹

João Wanderley Geraldi²



Resumo: Neste texto trago para a discussão da teoria crítica em educação uma preocupação com a necessidade de redefinição da categoria “sujeito”, tendo presente considerações formulada por aqueles que vem criticando as metanarrativas e que se situam, também eles, no campo crítico.

Palavras-chave: Sujeito, teoria crítica, Paulo Freire.

Abstrat: So many people criticize metanarratives. Supported by these critics, in this paper the aim is to re-determine the category “subject” in the critical field.

Keywords: Person, critical theory, Paulo Freire.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão, a utopia é também um compromisso histórico (Paulo Freire).

O objetivo deste ensaio é correr o risco de trazer para a criação das práticas políticas e pedagógicas um conjunto de conceitos formulados em outros contextos, ou mais concretamente ainda, organizar uma seqüência de vozes extraídas propositadamente de seus contextos para atravessá-las por uma interrogação militante: *a problematização do futuro, com o suposto fim das meta-narrativas, implica o esquecimento do amanhã em nome da ‘surfagem’ e leveza do deixar-se levar pelo presente?* Mais especificamente ainda, o diálogo que gostaria de estabelecer toma como fonte privilegiada, polifonicamente mediada por contrapalavras procedentes de outros lugares, o pensamento de Paulo Freire entrecruzado pela arquitetura do pensamento de Bakhtin, para com eles interrogar esta tão difícil passagem do pensamento sobre as origens para o pensamento que se propõe criar o novo sem perder compromissos de vizinhança com utopias passadas.

Sem dúvida alguma, os riscos maiores destas aproximações dizem respeito à **noção de sujeito** que resulta [ou se constrói a partir] da concepção

de linguagem como atividade constitutiva com que se pode escapar da tranqüilidade do estruturalismo lingüístico que inspirou inúmeras reflexões sobre o sujeito e delas extraiu uma *prima filosofia* que define um modo de ‘movimento estático’ de estar no mundo. Em nome dos deslizamentos constantes, dos movimentos sem direções, propõe-se um radical desmantelamento de valores das origens, fazendo-se entender que o questionamento de essências fundantes implica estancar qualquer memória de futuro próximo. À recusa do exercício de uma subjetividade racional, crítica e consciente, soma-se a recusa da construção de formas de convívio capazes de incorporarem em sua arquitetura as instabilidades dos seres humanos, as suas múltiplas personalidades potenciais e suas condições de possibilidade de produzir acontecimentos ou reagir a acidentes que lhes sucedem. Para recusar a fixidez das origens, deitam-se fora água e bebê, recusando-se também a utopia de um futuro humanizado e humanizante.

Esboçados os riscos, o desejo é o de construir um lugar capaz de escapar aos questionamentos recentes à “pedagogia crítica”, contribuindo com alguns elementos de construção de uma concepção de sujeito que, por não aceitar qualquer essencialidade intocável, qualquer “alma governante”, qualquer princípio ou origem a não ser sua constante mobilidade e mutabilidade, tem que assumir uma ‘memória de futuro’, cuja concretização não resultará do ‘deixar-

¹ Texto apresentado em Painel Dialógico do IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire “Caminhando para uma Cidadania Multicultural”, Universidade do Porto, setembro de 2004, publicado eletronicamente nos anais do evento.

² Professor na UNICAMP-SP.



se levar pela onda'. Ao contrário, o futuro exige atitudes de *pilotagem* (STOER; MAGALHÃES, inédito). E esta parece implicar desenhos utópicos no presente, irrealizáveis como totalidade no futuro, porque este exigirá sempre novos esboços, porque o futuro "é uma tarefa permanente de transformação" (FREIRE, 1979).

Certamente uma tal construção não se fará sem os andaimes que nos fornece o pensamento de Paulo Freire: a conscientização "consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência". A tomada de consciência é apenas o primeiro produto da adaptação ao disponível, resulta da "aproximação espontânea que o homem faz do mundo [...] A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização. A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização" (Freire, 1979).

O pensamento crítico deste final e início de século tem ramificações de toda ordem, ora apontando para "as tensões dialécticas que informam a modernidade ocidental" (Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, e sua trilogia de tensões: entre regulação social e emancipação social; entre o Estado e a sociedade civil e entre o Estado-nação e o que designamos por globalização), ora apontando para as crises dos paradigmas científicos, reintroduzindo o tempo, o acontecimento e o acaso nos quais a modernidade apostava na previsibilidade inscrita nas "leis da natureza" (Ilya Prigogine, por exemplo, e a reintrodução da seta do tempo e sua irreversibilidade que demanda o reencantamento do mundo), ora apontando para a construção de subjetividades autônomas, para o exercício da cidadania e para a construção de uma ação contra-hegemônica (conceitos tão presentes nos textos da pedagogia crítica quanto nos movimentos sociais contra-hegemônicos, de Paulo Freire a Edgar Morin, do MST ao movimento anti *fast food*).

Todas estas direções remetem a concepções de sujeito, de forma explícita ou implícita, nem sempre partilhadas, mas todas elas com um denominador comum: compartilham crenças e certezas nas possibilidades de ação dos sujeitos

sociais, que se definem de formas distintas relativamente aos condicionamentos históricos. Estas direções podem tomar diferentes fundamentos para o sujeito – uma vocação à eternidade? Uma vocação à solidariedade? Uma vocação à racionalidade? Uma vocação à subjetividade eticamente fundada, razão convertida em paixão pelo humano de cada um e de todos? Mas nenhuma destas direções dispensa ou se dispensa de uma tomada de posição.

A essas concepções e a compartilha da crença de outros possíveis (para usar uma chave paulofreireana, outros **inéditos possíveis**) opõem-se não somente discursos pragmaticistas, com interesses a defender, em que a noção de "adaptação aos tempos" é o condão mágico do pensamento sobre a constituição das subjetividades, como se os tempos não fossem "regíveis", mas regentes. Estes discursos podem ser encontrados na imprensa, na política, nos acordos de uma economia planejada para a liberdade dos mercados, nos planejamentos educacionais: o discurso hegemônico sempre encontrou porta-vozes eficientes.

Também no próprio campo crítico essas concepções e sua compartilha básica de possibilidades de construção de um outro futuro são postos sub suspeita³. As críticas endereçadas ao pensamento crítico pelas análises foucaultianas, pelas desconstruções derridianas, necessariamente devem ser postas sob escrutínio, porque não representam mais uma diferença de opção entre campos de luta, mas resultam de um refinamento necessário às concepções para não cairmos no engodo da inovação que repete e reproduz os mecanismos mesmos que quer destruir.

Para exemplificar estas posições críticas, gostaria de retomar aqui uma passagem de Deleuze. A citação será longa, mas necessária para retomarmos a força propulsora da **conscientização** a partir de novas concepções sobre o sujeito, sem perder com isso que o futuro se constrói como possibilidade do que há de vir e não como produto constante de uma mutação contínua e sem rumos.

Se hoje em dia o pensamento anda mal é porque, sob o nome de modernismo, há um retorno às abstrações, reencontra-se o problema das origens, tudo isso... De pronto são bloqueadas

³ Do embate, certamente o debate entre Telmo Cracia e Rui Gomes (Revista **Educação, Sociedade e Culturas**, 18, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2002) é um exemplo recente, que retomamos no texto "Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. O encontro que não houve" (GERALDI, 2003).

todas as análises em termos de movimentos, de vetores. É um período bem fraco, de reação. No entanto, a filosofia acreditava ter acabado com o problema das origens. Não se tratava mais de partir nem de chegar. A questão era antes: o que se passa “entre”? É exatamente a mesma coisa para os movimentos físicos.

Os movimentos mudam, no nível dos esportes e dos costumes. Por muito tempo viveu-se baseado numa concepção energética do movimento: há um ponto de apoio, ou então se é fonte de um movimento. Correr, lançar um peso, etc.: é esforço, resistência, com um ponto de origem, uma alavanca. Ora, hoje se vê que o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes – surfe, windsurfe, asa delta – são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre” em vez de ser origem de um esforço.

E no entanto, em filosofia se volta aos valores eternos, à idéia do intelectual guardião dos valores eternos. É o que Benda já criticava em Bergson: ser traidor da sua própria classe, a classe dos clérigos, ao tentar pensar o movimento. Hoje são os direitos do homem que exercem a função de valores eternos. É o estado de direito e outras noções, que, todos sabem, são muito abstratas. E é em nome disso que se breca todo pensamento, que todas as análises em termos de movimento são bloqueadas. Contudo, se as opressões são tão terríveis é porque impedem os movimentos, e não porque ofendem o eterno. Sempre que se está numa época pobre, a filosofia se refugia na reflexão “sobre”... Se ela mesma nada cria, o que poderia fazer, senão refletir sobre? Então reflete sobre o eterno, ou sobre o histórico, mas já não consegue ela própria fazer o movimento. (DELEUZE, 1992, p.151-152).

Se a noção de conscientização demanda um compromisso histórico e se a inserção crítica na história implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo, que criam sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 1979), então encontramos nessa afirmação uma oposição entre os pontos de vistas defendidos pela pedagogia crítica e pela crítica deleuziana (e de outros pensadores contemporâneos). Seria possível encontrar um outro posto de observação a partir do qual poderíamos construir pontes entre o fazer e o

deixar-se levar, entre criar a existência e o se fazer aceitar pelo movimento de uma grande onda? Em resumo, entre surfar e pilotar?

Parece-me que é precisamente no percurso dessa busca de respostas a perguntas que não se deixam apagar, porque são perguntas constantes de respostas provisórias, que poderíamos encontrar categorias com que reconstruíssemos nossas noções de sujeito, sem perder esperanças num momento propício à desistência e à inação política. Sem defender qualquer perenidade a não ser o movimento permanente e, nesse sentido, os direitos do homem não são valores eternos, mas valores a que outros se acrescentam, no movimento da história, re-configurando cada um deles - talvez possamos encontrar no ‘modelo’ não estruturalista de funcionamento da linguagem algumas pistas para uma inserção no movimento, sem com isso recusar a existência de pontos de energia material e social.

Um dos processos mais notáveis da linguagem é sua vocação constante à repetição e à mudança. Se não houvesse repetição, a cada nova enunciação, teríamos que construir os recursos expressivos mobilizáveis para sua realização: isso impediria qualquer possibilidade de partilha de sentidos. Se não houvesse mudança, toda enunciação seria citação constante dos mesmos enunciados. A linguagem não funciona nem sobre a permanência dos recursos expressivos, nem sobre a criação ininterrupta que não produz história. Por isso a linguagem é uma atividade constitutiva de si mesma, uma sistematização em aberto, produto do passado e projeção do futuro. Talvez possamos extrair desse modo de funcionamento uma primeira lição: nenhuma sociedade é uma estrutura em cujo movimento temos que nos inserir, mas uma arquitetura que demanda enunciações singulares a cada momento histórico em que o que se repete muda de sentidos e o que se altera adquire sentidos no que se repete. Indeterminação com história, movimento com futuro.

Em conseqüência, por aceitarmos a linguagem como atividade constitutiva, somos forçados a reconhecer que a relação entre o mundo da cultura, em que os sentidos circulam, e o mundo da vida, em que os atos são executados – incluindo entre eles nossos atos discursivos – é também uma relação constitutiva, em que um mundo somente existe porque constituído pelo outro. Um muda o outro permanentemente. Reencontramos o movimento, mas agora com história, que funda raízes não para garantir o futuro, como se dele

fosse à origem, mas para tornar possível o próprio movimento como criação e não repetição do já dado. Tal como os recursos expressivos permitem a enunciação sem, no entanto, fixar-lhe os limites de seus enunciados nunca antes ditos e jamais repetíveis em sua singularidade.

Acrescentemos a esta concepção de linguagem as implicações que dela extraem Bakhtin na filosofia e Vygotsky na psicologia e reencontraremos a questão da construção da consciência e da conscientização. Se nossa consciência é *signica*, está repleta de signos nunca neutros porque são produtos da história, somos todos produtos da história: mutáveis, múltiplos e singulares. Irrepetibilidades e responsabilidades irreversíveis. Não podemos alegar qualquer *álibi* para a existência: não podemos dizer “não estamos aqui”. E estar aqui é uma resposta a si mesmo e ao outro, com o qual necessariamente estamos e a quem dizemos “estou aqui”. Conscientizar-se é ser esta resposta à alteridade.

Dispúnhamos, no passado, de certas palavras pouco precisas, mas extremamente mobilizadoras. Seria paradoxal, em nome da inexistência da fixidez de valores eternos, exigir precisão matemática de conceitos abstratos como ‘estado de direito’, ‘direitos do homem’, ‘justiça social’, etc. A concretude, produto da totalidade, é sempre uma abstração a nos mostrar que estamos sempre incompletos em nossos conceitos e em nossas vidas. Não sabemos com precisão que toque, que palavra, que gesto produzirá o encontro com outro toque, outra palavra, outro gesto e, na faísca deste encontro, escreverá em sulcos no ar uma outra imagem, uma terceira palavra capaz de criar uma compreensão nova, exigir um investimento intelectual e desencadear este encanto que é o pensamento crítico. Pensar exige liberdade. Pensar exige silêncios e vazios. E terá valido a pena pensar, mesmo que o pensado se esvaia no momento mesmo de sua emergência.

Uso a palavra para compor meus silêncios.
 Não gosto das palavras
 fatigadas de informar.
 Dou mais respeito
 às que vivem de barriga no chão
 tipo água pedra sapo.
 Entendo bem o sotaque das águas.
 Dou respeito às coisas desimportantes
 e aos seres desimportantes.
 Prezo insetos mais que aviões.
 Prezo a velocidade
 das tartarugas mais que a dos mísseis.

Tenho em mim esse atraso de nascença.
 Eu fui aparelhado
 para gostar de passarinhos.
 Tenho abundância de ser feliz por isso.
 Meu quintal é maior do que o mundo.
 Sou um apanhador de desperdícios:
 Amo os restos
 como as boas moscas.
 Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.
 Porque eu não sou da informática:
 eu sou da invenção.
 Só uso a palavra para compor meus silêncios.
 (Manuel de Barros. *O apanhador de desperdícios*).

Aceito para publicação em 23/04/2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Para uma filosofia do ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza (para uso didático e acadêmico). Título Original: *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.

BARROS, Manuel. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

DELEUZE, Gilles. Os intercessores. *L'Autre Journal*, n. 8, outubro de 1985, entrevista a Antoine Dulaure e Clare Parnet. In: *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GERALDI, João W. Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. *O encontro que não houve*. In: Norma Sandra de Almeida Ferreira (Org). *Leitura: um cons/certo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003.

MORIN, Edgar. *Amor, poesia, sabedoria*. Lisboa: Instituto Piaget, [s. d.]. (original de 1997).

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STOER, Stephen e MAGALHÃES, António M. *Mapeando decisões no campo da Educação numa época de globalização*. Texto inédito.

